

# A CARTOGRAFIA HISTÓRICA COMO INSTRUMENTO PARA ANÁLISES DE CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS PRETÉRITAS. O USO DE MAPAS CONJECTURAIIS

*The Historical Cartography as a tool to analyses of past spatial configuration.  
The use of conjectural maps.*

**Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade**

**Doutor pela Universidade Federal da Bahia,  
Professor do Colégio Militar de Brasília.**

abittandrade@hotmail.com.br

## RESUMO

Esse artigo trata das possibilidades e limites para o uso da cartografia histórica em estudos sobre dinâmicas espaciais que ocorreram tempos passados. Sustenta-se no conceitual da Geografia Histórica para abordar configurações territoriais pretéritas em escala urbana e regional e, nesse sentido, orbita nos estudos sobre história das cidades e do urbano. O texto que segue apresenta resultados de pesquisa documental, diálogo com outros autores e, principalmente, da contribuição da cartografia histórica como instrumento fundamental para análises espaciais em tempos mais recuados. Traz dois objetivos prioritários: identificar as peculiaridades que marcam a utilização do ferramental da cartografia histórica, pontuando limites e nuances que caracterizam o seu uso, além disso, faz a apresentação e aplicação da proposta de análise em mapas conjecturais – mapas produzidos posteriormente para ocupar lacunas de registros cartográficos –, para isto, lança mão de bases primárias (registros cartográficos e documentos entre colonos e a Coroa) para traçar linhas de compreensão acerca da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira no início do século XVIII, logo após a sua ereção. O artigo propõe que o uso combinado de fontes documentais e iconográficas/cartográficas apresenta uma dimensão mais completa e possibilita assim análises mais complexas acerca de uma específica dinâmica territorial em tempos mais recuados. Os mapas históricos se comunicam e, medidas as suas nuances, apresentam dados sobre um espaço, mas, mais que isso, apresentam o espaço tal como era concebido num dado momento histórico. A importância desse instrumento para a “leitura” de espaços do passado sugere, em alguns casos, a opção pela produção de mapas a partir de documentação primária escrita – os “mapas conjecturais” – viabilizando assim o olhar mais amplo sobre o território.

**Palavras chaves:** Cartografia Histórica, História das Cidades e do Urbano, Geografia Histórica, Recôncavo baiano, Século XVIII, Mapas Conjecturais.

## ABSTRACT

This article discusses about the possibilities and limits for the use of historical cartography in studies about spatial dynamics that occurred in the past. Based in the concepts of the Historical Geography to address past territorial configurations in urban and regional scale, in that sense, belongs to the studies on the history of cities and urban. The text that follows presents the results of the documentary research, dialogue with other authors, and especially the contribution of the historical cartography as a fundamental tool for spatial analysis in past times. Provides two primary objectives: to identify the peculiarities that make the use of the tooling of historical cartography, scoring limits and possibilities that characterize their use, also makes a presentation and application of the proposed analysis maps conjectural – maps produced later to fill gaps of cartographic registries – for this, makes use of primary bases (cartographic registries and documents between settlers and the Crown) to draw lines of understanding about the village of Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira in the early eighteenth century, soon after his erection. The article suggests that the combined use of documentary sources and iconographic/cartographic features a dimension more fully and hence allows more complex analysis about a specific territorial dynamics in earliest times. The historical maps communicate and measures its nuances, present data on a space, but more than that, the feature space was designed as a given historical moment. The importance of this instrument for the "reading" of spaces of the past suggests, in some cases, the choice of map production from primary documentation writing – the "maps conjectural" – thus enabling a broader look over the territory.

**Keywords:** Historical Cartography, History of Cities and the Urban, Historical Geography, Reconcavo Baiano, Eighteenth Century, Maps Conjectural.

O volume e qualidade de trabalhos acadêmicos nas últimas décadas, notadamente em áreas como Geografia e Urbanismo indicam a importância do lastro na pesquisa histórica para fundamentar argumentações acerca da constituição e dinâmicas territoriais pretéritas. Nesse sentido, além da pesquisa documental e do diálogo com outros autores, não há como prescindir da contribuição da cartografia histórica para a análise espacial de um objeto.

O texto desse artigo se sustenta nessa premissa e procura identificar pistas e fazer análises acerca do Recôncavo baiano setecentista. Notadamente, aborda-se a constituição e dinâmica espacial da recém fundada vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, no início do século XVIII, a partir de fontes primárias: documentação escrita – documentos entre colonos e a Coroa e, principalmente, o registro lavrado no livro da Casa de Câmara e Cadeia que contém informações sobre o ato de ereção do povoado em vila – e fontes cartográficas – especificamente um mapa da vizinha Jaguaripe, no mesmo momento histórico, e um outro mapa, produzido posteriormente, para vislumbrar o desmembramento espacial daquele ajuntamento humano.

Com esse escrito, objetiva-se concretamente, primeiro, identificar peculiaridades que marcam a utilização do ferramental da cartografia histórica, pontuando limites e nuances que tornam o seu uso absolutamente decisivo para estudos em campos do saber que se destinam à análise de dinâmicas espaciais pretéritas. Segundo, tem-se como meta a apresentação e aplicação da proposta de análise em mapas conjecturais (adiante definido mais detalhadamente). Por fim, pretende-se também, lançando mão dessas bases primárias, traçar linhas de compreensão para aquele importante espaço do Brasil colonial – Recôncavo baiano.

Com esse fim, o texto que segue está metodologicamente dividido em duas partes além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção interior: “Reservas sobre o uso da cartografia histórica na análise do território”, faz-se de uma abordagem conceitual sobre a cartografia histórica, indicando em diálogo com outros autores e com as fontes documentais, as imensas possibilidades de uso e os limites relacionados às intencionalidades, erros e óbices técnicos que acompanham os mapas históricos. Na segunda seção: “A utilização de mapas conjecturais para o entendimento da dinâmica espacial do Recôncavo baiano setecentista”, discute-se o conceito e a proposta e aplicação dos mapas conjecturais e procura-se, num exercício empírico, apresentar uma possibilidade concreta de uso dessa ferramenta de análise espacial.

O limite de um breve texto de um artigo científico não oblitera a importância do tema que é tratado, apesar de encurtar as possibilidades de análise e debate. Assim, com esse trabalho aqui apresentado, retoma-se a discussão sobre a cartografia histórica como sustentáculo para estudos em Geografia e Urbanismo histórico, não esgotando o tema e recomendando o aprofundamento em outras fontes como Vasconcelos (2002), Bueno (2011) e Andrade (no prelo) que fazem farto uso desse instrumento em suas produções.

## **1. RESALVAS SOBRE O USO DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA NA ANÁLISE DO TERRITÓRIO**

Acompanhando Cortesão (1965 e 1971), Vasconcelos (1999), Araújo (2000) e Abreu (2005) confirma-se a importância da cartografia histórica como instrumento para o entendimento da dinâmica e estrutura de um espaço em tempos mais recuados. Não obstante todas as ressalvas sobre intencionalidades, equívocos e limites técnicos, a construção de mapas por viajantes, cartógrafos oficiais, militares ou por artistas revela, em escala variada, como que a atividade social repercutia espacialmente. A cartografia histórica substitui, esclarece e, por vezes, ocupa lacunas de entendimento não elucidadas pela pesquisa em outras fontes documentais.

Por esse motivo, o uso desse instrumental é imprescindível para a análise de configurações espaciais em tempos passados, conforme orienta Vasconcelos (1999, p. 192)

Para a geografia urbana histórica, a cartografia de cada época tem uma importância fundamental — apesar das imprecisões, das impossibilidades de uma mensuração correta, das diferenças de escala etc. —, porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas

das transformações espaciais da cidade, nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado (desde a superfície documentada, até o que é representado ou colocado em destaque: igrejas, fortificações, logradouros etc.

Há entretanto alguns problemas, já sugeridos, a serem observados no uso desse tipo de documento histórico: os limites técnicos com a sua construção, a parcialidade de quem o faz e a ausência deste tipo de fonte para alguns lugares/períodos históricos.

Sobre os limites técnicos, eles são de várias ordens, a exemplo das imprecisões acerca do que era cartografado, é possível observar em mapas de períodos similares, crassas diferenças num dado físico (desenho litorâneo, percurso de um rio ou localização de uma unidade do relevo), ausência de informações como a presença de vilas, freguesias e pousos ou mesmo equívocos nos dados apresentados como a localização de sedes de freguesias em lugares onde já havia vilas erigidas. Considerando os domínios técnicos da época, é de se esperar variações nas unidades espaciais dado às impossibilidades de aplicar uma mensuração correta aplicável a todo o território, especialmente nas cartas de média (regionais) e pequena (continentais) escalas. Para efeito de análises comparativas, a diferença de escala adotada dos mapas históricos se apresenta como um problema adicional; para alguns recortes espaciais, são poucos e raros os registros em grande escala, os de média escala não possuem homogeneidade de proporção e os de pequena escala tem pequeno uso para a observação dos detalhes de dinâmicas regionais, urbanas ou intra-urbanas, sendo passíveis de uso para a contextualização de regiões no conjunto dos domínios coloniais.

Parece evidente que documentos históricos, textuais ou cartográficos, também guardam inevitáveis parcialidades na sua construção. Os mapas, especificamente, eram além de instrumentos de comunicação, preciosos artefatos para o deslocamento, localização e tomada de posse de um dado território. Cartografar significava conhecer e, normalmente, ter a possibilidade de povoar/usar. Nesse sentido, os mapas produzidos, salvo exceções, eram encomendados ou autorizados pela Coroa e acompanhavam relatos e textos descritivos que iluminavam os aspectos principais que foram causa da sua construção. Essa intencionalidade todavia, mas que um obstáculo à análise, significa um entendimento da atividade social sobre o espaço e o próprio conhecer da base territorial que determinava a ação do agente colonizador. Fica claro o papel do espaço geográfico, não como receptáculo, mas como elemento fundamental na dinâmica que se estabelecia.

O caráter essencial para revelar um dado espaço ocupado num tempo de tão difíceis comunicações, dava aos mapas um papel nodal no ato colonizador. O extrato dos dois documentos abaixo clarifica a centralidade que possuía a cartografia histórica na tomada de decisões e o quão importante eram os mapas, possuindo significativo valor estratégico e, até por isso, guardados em cofres da Coroa, mas também, individuais, o que levou certamente à perda diversos registros.

O primeiro documento (AHU, doc. 20469, Abr. 1800) é o ofício do governador da capitania da Bahia Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Apesar de tratar da partida do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, depois de ter executado na Bahia o levantamento de plantas topográficas, Dom Fernando José revela possuir cartas geográficas de diversas partes do Brasil adquiridas pelo seu “irmão o Marquez de Valença [...] que as comprara quando aqui esteve, no leilão do Sargento mór Engenheiro falecido José Antonio Caldas, que era hábil [...]”. São três dados preciosos acerca da cartografia histórica nesse documento: primeiro o valor dado a posse de mapas, segundo a confirmação da sua comercialização num leilão de cartas/mapas, terceiro a referência a José Antonio Caldas que, de fato, assina diversos mapas do século XVIII, especificamente sobre a Bahia.

O segundo documento, também um ofício do mesmo remetente e destinatário, em que o governador participa a remessa da carta geográfica do litoral da Capitania da Bahia e uma planta da Cidade de Salvador, ela possui o seguinte teor:

Tenho a satisfação de remetter a V. Ex. [...] a Carta Geographica que por ordem minha levantara o Governador da Capitania do Espirito Santo Antonio Pires da Silva Pontes, desde a Torre de Garcia d’Avila até á Villa do Camamú, comarca de Ilhéos,

compreendendo-se esta Bahia de todos os Santos, com os seus rios, portos e Ilhas adjacentes, persuadindo-me que está tirada com a maior exacção possível, como he de esperar dos conhecimentos e luzes d'aquelle Governador e escrita e riscada com a maior limpeza e aceio pelo Capitão Engenheiro Joaquim Vieira da Silva [...] Remetto tãobem a planta d'esta cidade tirada pelo Coronel graduado do Regimento de Artilharia José Gonçalves Galeão e executada pelo sobredito Capitão engenheiro Joaquim Vieira da Silva [...]. (AHU, doc.19307, Dez.1800).

Essas duas cartas não foram localizadas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, mas o ofício demonstra a troca de informações entre agentes da Coroa sobre a ocupação e uso do espaço através de mapas e a fundamental participação dos engenheiros militares na construção da cartografia de então.

Além da intencionalidade e desvio de produção há também limites no tocante à ausência de documentação para determinados períodos/lugares. O que Vasconcelos (1999, p.192) chamou de “hiatos temporais”. Esse é um problema habitual à pesquisa de diversas regiões coloniais, especialmente as costeiras, a exemplo do Recôncavo baiano setecentista, pois, se ao final do século havia uma maior densidade do fato urbano nessas regiões, por outro lado a Coroa desviava o seu foco de ocupação para os espaços litigiosos na fronteira Norte (amazônica), Sul e Oeste. Desta forma há uma maior quantidade de mapas sobre o Recôncavo baiano ao final dos seiscentos e início dos setecentos, ainda que a cartografia existente produzida no século XIX seja mais detalhada e rica em informações. Os portugueses João Garcia e Maria Feijão (2001, p.21) corroboram com esse entendimento quando afirmam que

O século XVIII é, sem dúvida, o *tempo do Brasil* na História da Cartografia Portuguesa, porque essa é a centúria em que o território brasileiro joga um decisivo papel geopolítico e econômico no conjunto do império ultramarino português.

O “papel geopolítico e econômico” diz respeito às descobertas mineralógicas e a ocupação de novas faixas fronteiriças.

Também nessa direção, o Tomo I do trabalho de Cortesão (1965) que aborda dos primórdios da aventura colonial marítima portuguesa até o século XVII, traz diversas referências cartográficas planisféricas ou de registro de escalas diversas do litoral brasileiro, espaço a ser ocupado, e alguns primeiros registros de entradas. No Tomo II (CORTESÃO, 1971) – do século XVII até a independência do Brasil – há uma concentração inicial de registros do litoral, mas uma clara priorização de cartografia das entradas para as minas/oeste, do desbravamento da Amazônia e das áreas litigiosas do sul.

Cabe ainda como ressalva ao uso da cartografia histórica como instrumental para a análise de configurações espaciais pretéritas que muitos atlas publicados possuíam seus registros “colados” a outras produções cartográficas, sendo comum para um mesmo período, mapas de diferentes autores com similares desenhos, assim, em abundantes catálogos da produção histórica, como no belo registro feito pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP, 2001), com registro de 333 imagens catalogadas/guardadas sobre o Brasil no século XVIII, diversos mapas dizem respeito ao mesmo desenho, ainda que publicados em diferentes locais.

No capítulo 10 da tese de doutorado da arquiteta Renata Malcher de Araújo há uma série de considerações teórico-metodológicas sobre o uso da cartografia histórica na identificação e análise dos elementos que levaram à urbanização do Mato Grosso no século XVIII. Considerando o rigor científico, estabelece-se a seguir um diálogo com a referida autora em relação a cinco itens assinalados na sua tese:

(1) O primeiro diz respeito à toponímia. A autora informa que

A cada novo desbravamento acrescentavam-se-lhe lugares e nomes. Nomes que podiam significar a assimilação concreta da paisagem, identificando as suas características mais

marcantes, numa toponímia adequada ao seu reconhecimento subsequente. (ARAÚJO, 2000, p.468).

O batismo do território, registrado na cartografia, além do papel simbólico de apropriação do espaço por quem lhe dava novo nome, legitimado pela colonização cristã, representava posse e domínio sobre o que se nomeava. Batizar o espaço desbravado significava impor sua cultura/língua ao gentio ou, em outros casos, a diferentes povos colonizadores. A cartografia assumia esse papel de revelar o espaço desbravado, mas também de identificar rios, serras, vales, baías, iguapes, vilas, aldeias, povoados diversos com toponímias portuguesas que representassem e guardassem símbolos do poder de quem colonizava.

(2) A autora lembra que o longo processo de colonização foi também um contínuo movimento em busca do conhecimento sobre o território. Ela afirma que "os acidentes geográficos da América surgiram para o mundo ao serem encontrados e nomeados pelos colonizadores. Mas foi ao serem desenhados e cartografados que ocuparam definitivamente o seu lugar no espaço" (ARAÚJO, 2000, p.469). A cartografia histórica, certamente, assume esse papel cumulativo de conhecimento do território. A observação de mapas do início do século XVIII e do seu final revelam explicitamente como que à medida que ia sendo ocupado, aprofundava-se o conhecer sobre o espaço. A existência prévia da morfologia era irrelevante, visto que esta passa a ser importante a medida da sua apropriação pela ação social e era o traço do desenho do cartógrafo que "apresentava" esses acidentes geográficos aos grupos interessados no seu usufruto, seja na Europa ou no Brasil. Renata completa o seu raciocínio quando informa que

mais do que simples imagens, os mapas eram, com efeito, signos visuais de uma linguagem que se 'aprendia' e se 'apreendia'.[...] a escrita desta língua do desenho foi sendo aprendida ao ser executada, num interminável exercício de caligrafia do espaço. (ARAÚJO, 2000, p.500).

(3) O terceiro tema diz respeito às duas dimensões da produção de um mapa. Renata Malcher Araújo (2000, p.500) escreve que "a cartografia construía duplamente o território, pois afirmava, em termos concretos, o conhecimento e o uso do espaço, ao mesmo tempo que estabelecia, em termos conceituais, a sua imagem". Duas dimensões associadas ao mesmo labor do desenho do espaço, a primeira explicitamente revelada pela legibilidade do espaço a partir do mapa, a segunda, a apropriação simbólica do, por vezes inóspito, espaço desbravado a partir da criação de uma imagem que viabiliza leituras polissêmicas do seu receptor. Conhecer o território sem estar lá. Apropriar-se do espaço a partir da sua imagem. Concretamente foram essas imagens que estimularam distantes estratégias de ocupação e uso do território colonial e que levaram aventureiros a arriscarem a sorte nas terras do Brasil

(4) O uso da escala ocupa outro tema apontado pela autora. Ela argumenta que "ao diminuir proporcionalmente as grandezas da natureza de modo a poder abarcá-las numa imagem de síntese realiza-se uma sofisticada operação mental" (ARAÚJO, 2000, p.501). É de fato instigante imaginar o poder de abstração dos cartógrafos de então. Considerando o domínio técnico do século XVIII, impressiona a aproximação dos desenhos feitos nesta centúria com os da nossa atualidade, mesmo com todas as ressalvas já apontadas acerca de imprecisões e limites diversos, o exercício de estabelecer uma proporção entre o real intangível e o desenho em escala era operado com relativa precisão. Ainda que haja mapas de sertanistas sem um conhecimento prévio das técnicas cartográficas, mas que também serviam ao intuito de demarcar e nomear o território, o labor da cartografia não pertencia a qualquer desbravador. Poucos são as cartas publicadas nos setecentos sobre o Brasil, ainda mais se considerarmos a ressalva anterior sobre as bases similares, e a maioria delas por Engenheiros-Militares, agentes da Coroa decisivos tanto na regulação urbana como no mapeamento do território colonial.

Recorre-se então a cartografia histórica como instrumental imprescindível à pesquisa de base na geografia histórica, respeitando os limites técnicos e intencionalidades de todo mapa inadvertidamente possui.

## **2. A UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONJECTURAIIS PARA O ENTENDIMENTO DA DINÂMICA ESPACIAL DO RECÔNCAVO BAIANO SETECENTISTA**

Conforme indicado alhures, há períodos em que escasseiam ou inexistem registros cartográficos para um dado espaço em estudo, nesse sentido, diante da revelada impossibilidade de prescindir da cartografia histórica para o entendimento da estrutura regional e/ou urbana em tempos recuados, faz-se a seguir um exercício de, em hiatos de documentação cartográfica, utilizar o método teorizado e aplicado por Abreu (2005) para a confecção de “mapas conjecturais”.

O autor propõe um conjunto de técnicas que possibilitam a construção de mapas com confiabilidade na configuração espacial, a partir de outros documentos e registros históricos.

Tomando como unidade temporo-espacial o Recôncavo baiano, especificamente a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, no início do século XVIII, logo após a sua ereção.

O final do século XVII e início do século XVIII foi delineado por um tempo denso de eventos históricos que marcaram a organização do espaço do Recôncavo baiano e, especificamente, da vila de Cachoeira.

No contexto do espaço colonial português, notadamente em relação ao Brasil, vivia-se ao final dos seiscentos um período de relativa paz mundial. O processo de pacificação já tinha sido conseguido com os holandeses e franceses, permanecendo litígios fronteiriços (sul e oeste) com espanhóis que iriam se recrudescer ao longo da primeira metade da centúria seguinte. No entanto, para as áreas litorâneas ocupadas a mais de um século os conflitos externos praticamente já não aconteciam e internamente o gentio era controlado em sucessivas faixas de interiorização que se adensavam mais ou menos a depender da região.

Aliado a esse progressivo "controle" dos conflitos, vivia-se um momento de ascensão da lavoura canavieira que junto com outras produções (tabaco, algodão, derivados da pecuária bovina, etc.) davam sustentação econômica ao litoral ocupado. Coadunando com esse momento de grande interesse da Coroa pelas terras brasileiras, descobre-se ao final dos seiscentos os primeiros indícios de jazidas mineralógicas no centro do território, o que iria marcar para a centúria seguinte um processo de embelezamento das formações urbanas ligadas direta ou indiretamente ao "ciclo do ouro".

A descoberta das minas criava um fato novo na organização do território colonial visto que funcionava como um vetor de atração populacional, em alguns casos esvaziando demograficamente as áreas tradicionalmente ocupadas, e também demandava serviços e materiais produzidos externamente.

Nesse momento histórico diversos caminhos terrestres tinham sido traçados ligando com tênues fluxos as áreas de maior interesse do território colonial. Ressalva-se que as estradas que vetorizavam a cidade de Salvador tinham passagem obrigatória pelo Recôncavo baiano, como no caso de Cachoeira que era porto de chegada e saída de tropas para os sertões e minas – o exercício de uma centralidade que existia antes mesmo da ereção da vila mas que se avolumou a partir da elevação política e do próprio contexto colonial.

O final do século XVII também marca um momento de mudança da estratégia de colonização do território. Há uma explícita orientação para a ereção de vilas nas áreas ocupadas como forma de formalizar o poder da Coroa e lançar mão de uma estrutura administrativa organizada hierarquicamente que possuía longo alcance espacial, ainda mais se se considerar que as mais importantes áreas do território colonial já tinham voltado a pertencerem a donataria real. Por motivos evidentes, as áreas mais densamente ocupadas e/ou de maior valor econômico eram priorizadas na elevação de novas formações urbanas.

Em relação ao Recôncavo, houve reflexo direto da orientação do rei ao governador-geral em carta régia de 17 de dezembro de 1693 para que procurasse criar "regimentos por 'q se governem, assim no pollítico e civil, como na administração da justiça, p.a que por este meyo se evitem as dezordens 'q costumão succeder naquelles certos" (AHU, Doc.2765, 28 jul.1727). Ao final dos seiscentos foram elevadas as vilas de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe (1697), Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (1698) e São Francisco de Sergipe do Conde (também em 1698), logo no início dos setecentos, também apoiado na mesma carta régia, o governador-geral determinou a ereção de mais duas vilas: São Bartholomeu de Maragogipe (1724) e Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (1727).

O evento da elevação das vilas acontecia no contexto de um Recôncavo baiano já relativamente ocupado, especialmente no entorno da baía e na direção dos maiores rios que ali deságuam. Schwartz (1988, p.85) afirma que na transição dos seiscentos para os setecentos havia 130 engenhos de açúcar na região e cerca de 2.000 lavradores de tabaco no entorno de Cachoeira.

Os registros de conflitos com gentio ou bárbaros é escasso para a região nesse momento histórico, diferentemente do que ocorria em direção aos caminhos dos sertões e minas.

Vários entrepostos comerciais interiores, notadamente onde se erigiu vilas, já estavam relativamente consolidados com estabelecimento de armazéns, portos e trapiches para escoar e receber mercadorias da região e do reino.

Conforme o Livro de Registro das Freguesias (CÚRIA..., 1877) e AHU (Doc.8750, 09 jan.1775), a Igreja já possuía limites territoriais definidos no recorte das freguesias, especialmente nas áreas mais ocupadas. No início do século XVIII, por exemplo, o termo da vila de Cachoeira incluía as freguesias de Nossa Senhora do Rosário, São Pedro da Muritiba, Nossa Senhora do Desterro no Outeiro Redondo, São Gonçalo dos Campos, São José de Itaporocas, Sant'Anna do Camizão, Santiago do Iguape e Santo Estevão do Jacuípe.

Antes da elevação a vila, o sítio do porto da Cachoeira já possuía ocupação orientada por três vetores: primeiro pelos engenhos que acompanhavam as margens do rio Paraguaçu. Eles se adensavam no lagamar do Iguape, área de tradicional plantio de cana de açúcar e seguiam a montante do curso d'água onde era possível utilizar dos recursos hídricos para deslocamento, alimentação e como força motriz. O segundo vetor de ocupação daquele sítio foi a sua função portuária fluvial. Já na segunda metade do século XVII o porto de Cachoeira se constituía em parada final dos caminhos hídricos e primeiro pouso para os caminhos terrestres que se aventuravam para os sertões. O terceiro, era o papel de centralidade religiosa. A ação territorial da Igreja, como se viu anteriormente, precede a da administração colonial e no caso de Cachoeira não foi diferente. Aquele sítio fazia parte da Freguesia de São Thiago do Iguape existente desde 1608 a jusante do rio Paraguaçu (o que demonstra as sucessivas faixas de ocupação da região a partir da baía de Todos os Santos e seguindo os veios fluviais).

Esses três vetores de ocupação e povoamento do sítio da Cachoeira revelavam funções e exercícios de centralidade que preexistiam ao fato político de elevação da sede de freguesia a vila. Eles perduraram nos setecentos e se adensaram, aliando-se as outras centralidades desenvolvidas como a política, jurídica e de serviços urbanos.

O ato de elevação da vila de Cachoeira se deu no mês de janeiro de 1698, antes disso, no entanto, numa demonstração dos jogos de poder da época e do papel que uma nova vila exercia na arrecadação de recursos, os oficiais da Câmara de Salvador escreveram ao rei protestando sobre a criação de novas vilas no Recôncavo argumentando sobre os danos à cidade pela "m.t pequena distancia e porto dessa cidade devendo ser ao menos vinte, ou trinta legoas". O protesto foi repudiado (AHU, 23 nov.1697) com o exemplo de Lisboa que possuía no seu entorno diversas outras formações urbanas e nem por isso perdia os seus privilégios e centralidade e logo após – dezembro de 1697 – se efetivou o processo de elevação das três primeiras vilas do Recôncavo baiano.

A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi erguida em janeiro de 1698 e o seu termo de criação lavrado no livro da Câmara traz uma série de indicativos sobre o núcleo povoado além de orientações urbanísticas para a expansão da ocupação. Nele registrou-se:

Aos vinte e nove dias do mez de Janeiro de mil seiscentos e noventa e oito annos nesta villa de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira novamente erigida, **nas casas que são de Pascoal Nunes, onde ao presente esta pousando o Doutor Estevão Ferraz de Campos**, do Desembargo de S. Magestade [...] por bem e verdade da Portaria do Senhor Governador Capitão Geral deste dito Estado, inclusa no termo folhas duas havia vindo a este Porto da Cachoeira, onde nelle com bem placito commum consentimento de todos os moradores d'elle e mais circumvizinhos havia sentado e erigido Villa e para a magnifatura della e sua melhor conservação lhe **mandou fincar em o meio de hum terraplano, que fica fronteiro ao porto de mar hum pelourinho** dos varseo de baixo, huma argolla de pescosso no meio d'elle, com tres degraos de páo de arco com seus varaes de ferro, e duas algemas em ambos as pontas de pedra ou tijollo ao pé em cujo logar estará sempre o todo **o terraplano que se acha devoluto ficará servindo de praça para o uso público dos moradores** della com declaração que a **Casa da Camara audiencia e Cadeia que ha de ficar por baixo e novamente se ha de edificar será fabricada no mesmo territorio e logar da praça da parte de terra, onde fica hum altosinho a respeito de ficar a cadeia livre de alguma inundação de aguas que pode haver**; e para melhor se edificar a dita casa e **ficar a dita praça mais livre**, serão os officiaes da Camara desta Villa obrigados a mandar derrubar e deitar abaixo huma casinha terrea que he de Marcos da Cruz por ficar no meio do dito terriorio da praça, como tambem pela mesma rasão a de Manoel Fernandes de Carvalho por estarem **desemnanadas** e faceis de derrubar por serem de taipa e mão, para cujo fim o dito Desembargador a todos os sobreditos acima mandou logo de sua parte notificar para dentro em quinze dias completos, que vomeçarão deste mesmo dia vinte e nove de Janeiro, em que se lhe fez a notificação, despejarem as ditas casas e as destruam com a cominação de se lhes mandarem derrubar as ditas casas ás suas custas.

E outro sim terão os mesmos camaristas muito particular cuidado de mandarem **no dito lugar da praça ruar as casas que estiverem feitas, como também as que daqui em diante se houverem de edificar, de maneira que as ruas hajam de ficar cordeando diretamente e regulares para os carros que houverem de decer abaixo tenham logar de andar sem o minimo prejuizo das casas**. E havendo respeito a que era util e necessario **ter esta dita Villa termo conveniente para melhor se poder conservar e ajudar e os moradores que viverem afastados e quietos sujeitos e temidos as justiças della e a ella venham buscar seus recursos em seus pleitos e demandas** lhe deu Termo a esta Villa [...] **viverão de hoje em diante a ella sujeitos obrigados ás suas posturas e jurisdicção** e a ella virão propor e deffender as suas causas pleitos e demandas debaixo de se proceder contra elles por rebeldes, como melhor parecer justiça; e a todos os sobreditos moradores constringerão e obrigarão os ditos officiaes da Camara desta Villa lhe obedeção e venhão a ella exercer os cargos em que forão eleitos e para que forem chamados, executando com elles todas as ordens que sobre elles houverem de passar.

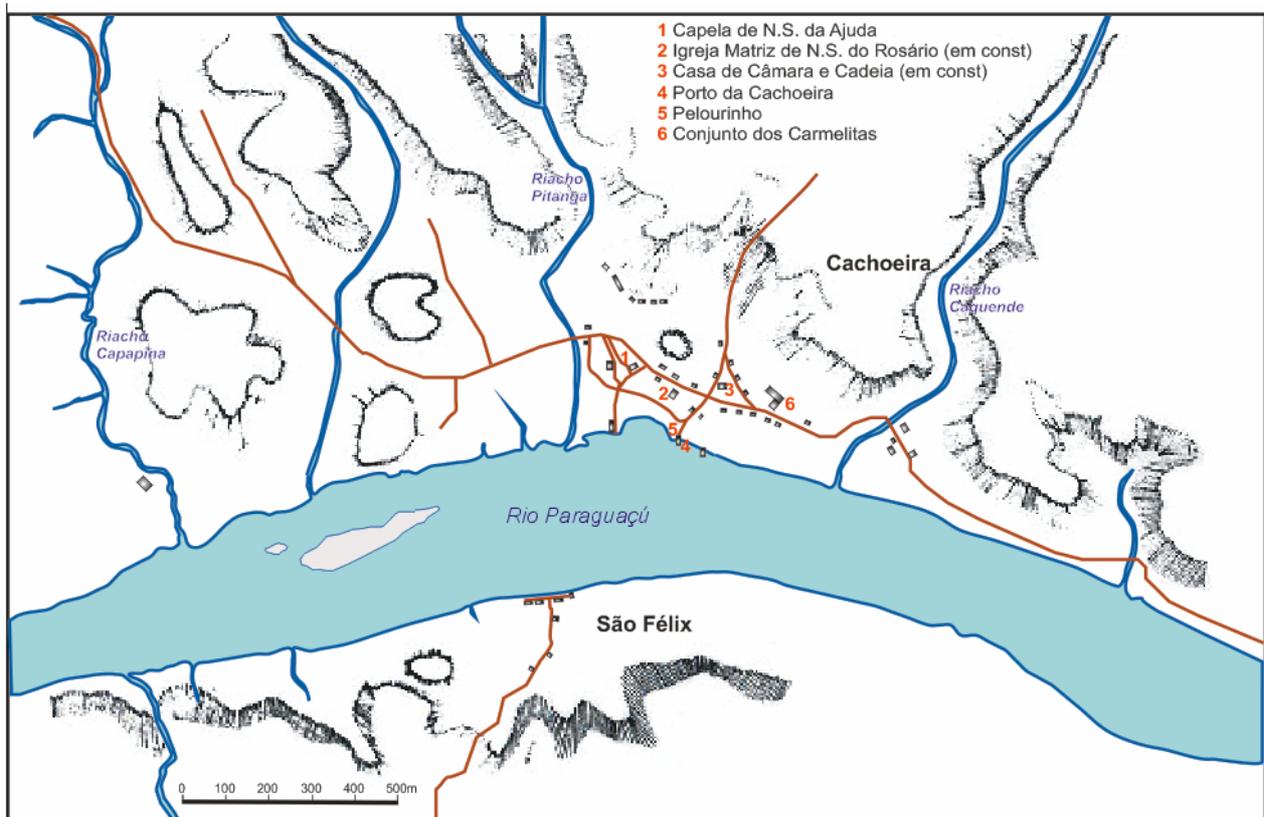
E da mesma maneira os **moradores da outra parte deste Rio Cachoeira que pertencem á freguezia de S. Pedro, correndo para o sertão, serão também anexos a esta dita Villa** [...]. (CACHOEIRA *apud* SILVA, 1925 [1836], p.266-267, grifo nosso).

Nessa longa citação do texto histórico diversos são os trechos referentes à configuração espacial da formação urbana de Cachoeira. Esse documento, isoladamente, entretanto, não possibilita uma análise precisa da dinâmica territorial que ali se dava, daí a necessidade de recorrer à cartografia histórica. Todavia, para esse recorte espaço-temporal, não há registros em escala intra-urbana. Fez-se então o uso do mapa conjunctural produzido inicialmente pela UFBA/IPHAN (1976), aqui redesenhado e analisado no conjunto com a documentação escrita, o que permite traçar as seguintes considerações acerca daquela vila recém criada:

(1) Há uma indicação no texto sobre as "casas que são de Pascoal Nunes" onde estava "pousando" o desembargador. Esse pequeno trecho apresenta duas pistas: primeiro sobre a

existência de edificações relativamente bem estruturadas no povoamento do século XVII, haja vista a referência adiante de habitações mais simples em "taipa e mão". Segundo, há de se destacar o papel do Ouvidor Geral da Coroa, nomeado no documento como "Desembargador dos Aggravos e Appellaçoens crimes e civeis na Relação deste Estado do Brasil", uma figura proeminente na constituição do quadro hierárquico administrativo da colônia que tinha a responsabilidade direta de, atendendo às ordens da donataria real, fazer correições e tomar as medidas legais (levantamento do pelourinho, "escolha" da Casa da Câmara e Cadeia, eleição dos primeiros cargos e demarcação do termo) para a erigção das novas vilas.

(2) A criação da vila, passa necessariamente pelo ato simbólico e material de instalação do pelourinho. Uma demarcação do poder da Coroa sobre o território, normalmente posto num ponto estratégico da nova formação urbana.



**Fig. 01 – Mapa conjectural da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 1700.**  
Fonte: UFBA/IPHAN, 1976.

No caso de Cachoeira, o pelourinho ficava numa pequena praça (atual praça Teixeira de Freitas) entre a Casa da Câmara e o cais, um explícito "encontro" entre agentes/poderes político-administrativo e comercial que compunha a mancha matriz do novo urbano.

(3) Há uma orientação para a construção da Casa de Câmara e Cadeia (Figura 02) num promontório, evitando inundações, e com uma praça a sua frente. Ott (1996, p. 61) confirma a sua rústica edificação no início do século XVIII (1710-1711), ao longo desta centúria ela sofreu diversas reformas, a exemplo da abertura de portas frontais no ano de 1777. Todavia, ratifica-se que, ainda que em estado precário, o funcionamento da Casa da Câmara e Cadeia logo após a erigção da vila tinha, assim como o pelourinho, um significado simbólico e uma funcionalidade político-administrativa, visto que, a partir daquele momento, aquela unidade material passava a representar o palco das decisões acerca do destino da vila (sede e imenso termo), ao menos no tocante à escala

local.



**Fig. 02 – Casa de Câmara e Cadeia de Cachoeira.**

Fonte: Imagem do autor, 2008.

(4) Marcas representativas do urbanismo colonial português já sinalizados por Azevedo (1998), Pessôa (1999) e Teixeira e Valla (1999), por exemplo, aparecem no texto da carta de criação da vila de Cachoeira, quais sejam: uma tentativa de enquadramento retilíneo com definições de uma "praça livre" central e respeito às determinantes topográficas. Chama a atenção para o caso de Cachoeira que, diferentemente de Jaguaripe, Santo Amaro, Maragogipe e diversas outras formações urbanas do período colonial, a igreja matriz não compõe a praça central. No ato da erigção da vila, a matriz de então era a antiga Capela da Ajuda que ficava num outro promontório junto ao sobrado dos Adornos, relativamente afastada da Casa da Câmara.

(5) Uma outra sinalização da pré-existência de edificações no povoamento do Porto da Cachoeira aparece na orientação para que se derrubassem as duas casas "desemanadas" que ocupavam o centro da praça. Essa determinação induz a pensar que haviam outras casas agrupadas para além da praça.

(6) A idéia de concentração de casas anterior a erigção da vila é confirmada com a determinação para "ruar" as casas contíguas à praça da Casa da Câmara. Mais uma vez uma orientação urbanística que não estava pautada em normas centrais, mas num "saber fazer" que se propagava por todo o território colonial português.

(7) A determinação de alinhamento das ruas ficava a cargo do controle da Câmara e se impunha ao conjunto construído e também as que "adiante forem edificadas". De fato, havia desde o final dos seiscentos quatro ruas que se encontravam no espaço da praça central da Casa da Câmara e Cadeia. Uma subindo ao lado da Câmara em direção a Belém que tinha na direção oposta um largo arruamento que desembocava na praça do pelourinho e no cais do rio Paraguaçu, perpendicular a essas duas havia a que seguia em direção ao conjunto dos carmelitas e caminho do Iguape passando pelo riacho Caquende e, do outro lado da praça, seguindo em direção ao caminho de Capoeiruçu, a que ligava a praça da Casa da Câmara e Cadeia à Capela da Ajuda e onde foi edificada a igreja matriz de Cachoeira na primeira metade do século XVIII. Além dessas ruas principais, na mancha original da vila é possível identificar outras ruas com traçado retilíneo, como a lindeira ao cais que ligava este ao alambique dos Adornos.

(8) É curiosa a menção à necessidade de extensão das ruas para passagem de carros "que houverem de descer". Certamente uma nuance daquele entreposto comercial onde chegavam/saíam diversos caminhos que alinhavavam a rede regional através da conexão entre porto fluvial e estradas terrestres.

(9) A referência ao grande termo da nova vila revela o alcance territorial do poder instalado

material e simbolicamente na pequena nucleação urbana e a premente necessidade de arrecadação e manutenção da vila que em contrapartida oferecia segurança e justiça aos moradores do vasto espaço.

(10) Esse indício anterior remete ao entendimento que todo o termo estava submetido às posturas e jurisdição da Câmara que, se eventualmente era composta por pessoas que não moravam na sede, estava localizada no novo urbano e exercia uma inevitável centralidade produzida a partir da ereção da vila através da atração de fluxos regionais para a resolução de litígios e formulação de pleitos de ordem local ou não, visto que a nova unidade administrativa, além de responder pelas demandas locais, representava o elo entre o indivíduo e a Coroa.

(11) Na carta de criação, há uma referência à anexação dos moradores da freguesia de São Pedro, do outro lado do rio, junto ao porto de São Félix, "correndo para o sertão". Uma marca de um conjunto urbano integrado apesar de separado pelo caudaloso rio Paraguaçu. São Félix (Figura 03) sempre esteve ligado ao povoamento de Cachoeira como as portas para os caminhos do sul e minas a oeste. Era uma continuidade urbana da qual o rio fazia parte.



**Fig. 03 – Cidade de São Félix.**  
Fonte: Imagem do autor, 2008.

(12) Os rios e caminhos terrestres, eles próprios devem ser entendidos como continuidades da mancha urbana. Eram elementos que compunham o conjunto construído orientando inclusive a expansão da formação urbana. Os caminhos hídricos e terrestres, mais que isso, representavam a possibilidade de conexão entre o materialmente limitado e não autônomo núcleo urbano com o entorno produtivo o que viabilizava o povoamento e a própria existência concreta da vila naquele momento histórico.

(13) A observação da Figura 01 e a análise do termo de criação da vila de Cachoeira deixa evidente que havia duas faixas paralelas, acompanhando o percurso do rio Paraguaçu, onde se dava de forma mais concentrada a ocupação da formação urbana. A faixa mais próxima ao rio se constituía num eixo comercial onde se concentravam o porto e armazéns, ia do cais da vila à casa de purgar e alambique dos Adornos. A outra faixa, mais interior, era praticamente limitada pelos riachos do Caquende e Pitanga, ali estavam, além das casas, o conjunto do Carmo, a praça da Casa da Câmara e o sítio onde se localizaria a suntuosa matriz da vila.

(14) Não há no termo de criação uma indicação explícita da localização do rossio, acredita-se entretanto que ele ficava, relativamente aquele tempo-espaço, distante da mancha matriz da vila. Há indicação em imagem do Museu da Cidade de Cachoeira, sem autoria definida, em que o rossio aparece num cartograma de final do século XVIII para além do riacho da Pitanga, em terreno interior entre a estrada de Capoeiruçu e a serra do Timborá. Esta área só foi ocupada definitivamente pela mancha urbana ao final do século XIX.

(15) Os condicionantes fisiográficos foram determinantes na organização do espaço da vila de Cachoeira, levou-se em consideração as possibilidades e problemas diretamente relacionados aos cursos hídricos e levantamentos topográficos junto à nova formação urbana. Os rios que viabilizavam o acesso e subsistência eram também responsáveis pelos riscos de constantes enchentes, da mesma forma, a localização estratégica da vila "encaixada" no vale formado pela serra do Timborá e da Muritiba trazia consigo os riscos de enxurradas nos caminhos que "subiam" em direção a Belém, no lado de Cachoeira e a freguesia de São Pedro de Muritiba, no lado de São Félix.

(16) Já no século XVII os carmelitas atraíam à expansão da vila em direção ao sul. Ott (1996, p.62) registra a doação de terras, por João Rodrigues Adorno, no ano de 1688, aonde o conjunto do Carmo viria a se estabelecer precariamente ainda nos Seiscentos. Azevedo (1978) indica a conclusão da capela apenas no ano de 1724. Acredita-se que Seminário, Ordem Terceira e Igreja foram edificados e sofreram contínuas reformas de embelezamento ao longo dos Setecentos.



**Fig. 04 – Conjunto dos Carmelitas em Cachoeira.**  
Fonte: Imagem do autor, 2008.

(17) Distante da vila, mas orientando o crescimento para o norte, o Seminário de Belém foi elevado também ao final dos Seiscentos (1686, segundo Vilhena (1969 [1802], p.443) e registro em sua fachada, conforme Figura 05), no alto da serra do Timborá, formando um povoado com primeiro ou último pouso para quem saía ou chegava ao porto da Cachoeira, respectivamente. Além disso, a estrada que ligava o seminário à vila era um caminho natural para o escoamento do fumo produzido nos campos de tabuleiros da região.



**Fig. 05 – Seminário de Belém de Cachoeira.**  
Fonte: Imagem do autor, 2008.

(18) Destaca-se enfim a orientação do crescimento da mancha urbana matriz em direção aos caminhos que cruzavam a recém criada vila de Cachoeira: primeiro, na outra margem do rio, determinando a ocupação do porto de São Félix, os caminhos para oeste em direção às províncias do sul e minas, passando necessariamente pelo povoado de Muritiba. Segundo, em direção ao sul, passando pelos carmelitas e atravessando o riacho Caquende, seguindo em direção ao Iguape, pelo curso do rio Paraguaçu, esse caminho possuía intenso fluxo fluvial visto que articulava a vila de Cachoeira com o Iguape, baía de Todos os Santos, porto de Salvador e império marítimo Português. Para leste havia o caminho velho de Belém que também ligava a vila de Cachoeira a Santo Amaro e aos caminhos do gado. Em direção ao norte, no sentido contrário ao fluxo do rio Paraguaçu, atravessando o riacho Pitanga e subindo a serra, estava a estrada de Capoeiruçu, o caminho do gado que ligava a vila aos sertões. Foi ao longo desses quatro eixos que, como se verá adiante, a mancha matriz de Cachoeira se distendeu ao longo do século XVIII.

Há uma série de registros documentais que tratam de eventos ocorridos na recém criada vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Essas fontes primárias revelam relações sociais de claro rebatimento na dinâmica produção do espaço urbano-regional, a exemplo da resposta do rei de Portugal a carta de 1699 “asercas da terça dos bens dos Conselhos das três villas creadas de novo no Recôncavo lhe deverem pertencas [...] ajuste feito com esse Senado, sobre o sustento da Infantaria” (AExPort, 16 dez.1730). O monarca estabelece provisão determinando que o tesoureiro de Salvador cobre das Câmaras as terças para a sustentação da ordenanças de infantaria, excetuando os gastos com os açougues. Três pistas aparecem nessa documentação: primeiro, os custos assumidos pela nova municipalidade que necessitava arrecadar recursos com os moradores do termo; segundo, a presença do corpo militar regular já dá um indício do adensamento demográfico da localidade; terceiro, a preocupação com o açougue revela a importância da circulação, abatimento e comercialização de víveres para a composição da base alimentar daquela população.

Em 17 de novembro de 1698 o rei responde de Lisboa a um pedido de concessão de privilégios e isenções feito em 25 de junho do mesmo ano pelos oficiais da Câmara da vila de Cachoeira (AHU, 17 nov.1698, p.78). Na resposta, o atendimento ao pleito é dado por conta da manutenção das rendas da vila e por ser a "de mais visibilidade a meu serviço, e de mayor comercio do 'q as mais 'q se ocoegirão". Essa troca de informações revela uma relação hierárquica relativamente fluida para aquele tempo técnico, também demonstra o exercício da Câmara de Cachoeira recém empossada (janeiro de 1698) e a argumentação pautada na centralidade exercida por aquela formação urbana na rede que se estruturava e que tinha ali o principal nó interior.

Dentre os primeiros pleitos feitos pela Câmara de Cachoeira estão os pedidos de isenções das responsabilidades de arrecadação e repasse de recursos (Terços) à Coroa nos primeiros meses em que aquela vila foi erguida, considerando que "o provedor da Comarca leve em conta todo o dispendio e propinas que cecostumão fazer em as prociçonis Reaes" (AHU, Doc.4149-4150, 25 jun.1698). Esse documento tanto revela o papel do agente Igreja na composição daquela formação urbana como remete à centralidade religiosa coadunada com a político-administrativa que atraía fluxos regionais para aquele nó da rede.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, à luz da cartografia e das análises feitas na documentação histórica, que a transformação do antigo povoado do porto da Cachoeira em vila transformou o espaço daquela localidade, tanto materialmente, organizando a ocupação e atraindo novos agentes para o povoamento, como simbolicamente, visto que passava a exercer novas centralidades decorrentes do novo papel assumido em relação ao espaço regional. Deve-se ter, entretanto, a clareza que, no início dos setecentos, não obstante todos os comentários sobre a importância daquele entreposto comercial que adquirira novo *status* político-administrativo, a vila de Cachoeira, concretamente era um

conjunto com poucas dezenas de edificações, em parte com grande precariedade e que de fato se constituía num pequeno ajuntamento de pessoas pontualmente localizado no imenso termo que a partir da ereção em vila estava a sua mercê.

Essa parca e pouco estruturada formação urbana é também referenciada em documentos como o alvará de João de Sousa renunciando ao ofício de escrivão da Câmara (ANTT, 15 dez.1722) daquela vila sob o argumento de que a sua idade avançada – mais de 60 anos – não lhe permitia "passar a servir ao d.to off. a parte tão remota" do reino, ainda que não tenha aberto mão da propriedade do cargo, sugerindo nomear procuradores para tomar posse.



**Fig. 06 – Mapa da vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, 1705**  
Fonte: AHU, Doc. 959, 1705.

Considerando as variações possíveis entre as duas recém criadas formações urbanas, a observação da cartografia da vila de Jaguaripe (AHU, Doc.959, 1705), no início dos setecentos, permite traçar comparações com a estruturação do espaço urbano de Cachoeira para aquele período. Notadamente no tocante ao reduzido espaço construído.

A Figura 06 revela, explicitamente, a dimensão do conjunto construído das vilas erigidas ao final dos seiscentos, como se viu no mapa conjectural de Cachoeira (Figura 01), não havia significativa diferença, ao menos entre essas duas formações urbanas, mesmo que se considere a proeminência econômica de Cachoeira em relação a Jaguaripe.

A análise do mapa de Jaguaripe permite ratificar que, mais que o papel de ajuntamento demográfico ou unidade construtiva, as novas vilas desempenhavam o seu papel de centralidade na incipiente rede urbana regional pelas funções comerciais, religiosas (pré-existent), político-administrativa e jurídica que passavam a exercer sobre vasto termo.

Confirma-se também, sustentado nesta cartografia histórica, as nuances do urbanismo português que se propagava pelo território colonial: observa-se a praça central ladeada pela Casa de Câmara e Cadeia, junto ao rio, e pela igreja Matriz que ocupava uma pequena colina e se impunha soberana em relação às demais edificações da vila – hábito construtivo estabelecido que veio a ser

regulado nas orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (12 jun.1707). Além disso, o traçado retilíneo das ruas contíguas à praça central revela que, mais que o acaso, havia uma orientação urbanística, como também se viu no termo de criação da vila de Cachoeira. Enfim, observa-se também uma série de ocupações mais dispersas em relação à mancha matriz e um caminho que articulava aquela nodalidade urbana, pela via terrestre, com outras ocupações do entorno.

Como em Cachoeira, não é possível dissociar a ocupação de Jaguaripe dos caminhos terrestres e, neste caso, principalmente dos fluviais. No Recôncavo baiano setecentista, a malha hídrica era a principal responsável pelo deslocamento de mercadorias e pessoas e articulação entre as unidades da rede urbana em formação.

Fica evidente, neste artigo, que o uso combinado de fontes documentais e iconográficas/cartográficas apresenta uma dimensão mais completa e possibilita assim análises mais complexas acerca de uma específica dinâmica territorial em tempos mais recuados. A cartografia se comunica e, medidas as suas nuances, apresenta dados sobre um espaço, mas, mais que isso, apresenta o espaço tal como era concebido num dado momento histórico. A importância desse instrumento para a “leitura” de espaços do passado sugere, em alguns casos, a opção pela produção de mapas a partir de documentação primária escrita – os “mapas conjecturais” – viabilizando assim o olhar mais amplo sobre o território.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. In: **Cidades: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos**. v.2. n.4. São Paulo: Gráfica Provo, jun.-dez. 2005, p.189-220.

AExPort (Arquivo do Exército Português). **Provisão régia dirigida ao Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei e capitão geral do Brasil sobre o pagamento das terças**. Documentos do Brasil (Séc. XVIII – XIX). Cota: PT AHM/DIV/2/01/01/14. Lisboa/Portugal, 16 dez.1730.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Cartas da Bahia**. Códices Referentes ao Brasil. Cód.246, Rolo 8, p.52, Ano:1686-1715. Lisboa/Portugal, 23 nov.1697.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Carta dos oficiais da Câmara da Cachoeira para S. Magde, pedindo que o provedor da Comarca lhes leve em conta a despeza que tiveram nas festas e procissões reais, e propinas que costumam levar**. Baía, Fundo Luiza da Fonseca, Doc. 4149-4150. Lisboa/Portugal, 25 jun.1698.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Cartas da Bahia**. Códices Referentes ao Brasil. Cód.246, Inventário 269, Rolo 9, p.78, Ano:1695-1714. Lisboa/Portugal, 17 nov.1698.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Planta da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe**, por Antônio Rodrigues Ribeiro. Catálogo de Mapas. Doc.959, 1705.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V...** Lisboa/Portugal: Cota: \_ACL\_CU\_Baía 005, Documentos Avulsos, Cx. 30, D. 2765, 28 jul.1727. [Anexo: 8 docs].

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Mappa de todas as Freguezias, que pertencem ao Arcebispado da Bahia e sujeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com a distincção das comarcas e villas a que pertencem, com o numero de fogos e almas, para**

**se saber a gente que se pôde tirar de cada uma dellas para o serviço de S.M., sem oppressão dos povos.** Lisboa/Portugal: Cota: ACL\_CU\_Baía 005, Fundo Castro de Almeida, Doc.8750, 09 jan.1775.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter partido para a Capitania do Espírito Santo o Governador Antonio Pires da Silva Pontes, depois de ter executado na Bahia importantes trabalhos de levantamento de varias plantas topographicas.** Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.20469. Lisboa/Portugal, 28 abr.1800.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). **Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe participa a remessa de uma carta geographica de parte da Capitania da Bahia e uma planta da Cidade.** Projeto Resgate, Baía, Fundo Eduardo Castro de Almeida, Doc.19307. Lisboa/Portugal, 18 dez.1800.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da baía.** A gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: EDUFBA, no prelo.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). **Alvará para renunciar ao officio de Escrivão da Câmara, Almotaçaria da vila da Cachoeira, Recôncavo da cidade da Baía.** Código de referência PT-TT-RGM/C/44838. Cota: Registro Geral de Mercês, D.João V, liv.7, fl.594v. Lisboa/Portugal, 15 dez.1722.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII.** Discurso e Método. V. 1. Dissertação de doutoramento em História da Arte. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de (Coord.). **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia.** Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia, 1978/1982. Versão em CD-ROM.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira — origens. In: CARITA, Helder & ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos.** Universo urbanístico português 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 39-71.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822).** São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2011.

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **A Nova Lusitânia.** Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Lisboa: CNCDP, 2001.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas, e aceitas em o Synodo Diecesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707. Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca. [Consultado na Biblioteca Nacional de Portugal – Microfilme – Cota F.8248 1707-1719.]

- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.
- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.
- CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR. **Livro de Registro das Freguesias**. Salvador: manuscrito, 1877. [Livro para o registro das Freguesias do Arcebispado da Bahia com as datas de suas criações, nomes dos seus vigários, datas das apresentações, números de cappellas e nomes dos Oragos e o estado em que se achão].
- GARCIA, João Carlos; FEIJÃO, Maria Joaquina. Os outros mapas do Brasil. História de um projeto. In: CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **A Nova Lusitânia**. Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Lisboa: CNCDP, 2001.
- OTT, Carlos. **O povoamento do recôncavo baiano pelos engenhos 1536-1888**. Salvador: Bigraf, 1996.
- PESSÔA, José. **Em tudo semelhante, em nada parecido**. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. Revista Oceanos. Lisboa: Comissão Nacional dos descobrimentos, 1999, p. 71-81.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. [1.ed. 1985].
- SILVA, Coronel Ignácio Accioli de Cerqueira. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotador: Dr. Braz do Amaral. V.II. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925. [1.ed. 1836].
- TEIXEIRA, C. Manuel e VALLA, Margarida. **O urbanismo português Séculos XIII-XVII Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. [Cap.1-3, 6-8 Manuel Teixeira; Cap.4 e 5 Margarida Valla].
- UFBA/IPHAN (Universidade Federal da Bahia / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Introdução ao estudo da Evolução Urbano** (Plano urbanístico de Cachoeira). Salvador: Universidade Federal da Bahia: Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1976.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999, p.191-201.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.
- VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. v. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969. [1.ed. 1802].